

CATARINA ABEGÃO ALVES

Mestre em Direito

Assistente Convidada da Faculdade de
Direito da Universidade de Lisboa

**O ERRO SOBRE A VALIDADE
ESPACIAL DA LEI PENAL**



AA FDL
EDITORA
Lisboa
2017

1104353

Ficha Técnica

Título:

O erro sobre a validade espacial da lei penal
AAFDL – 2017

Autor:

Catarina Abegão Alves

Edição:

AAFDL
Alameda da Universidade – 1649-014 Lisboa

ISBN:

978-972-629-075-9

Junho/ 2017

ÍNDICE

Introdução	25
I. Colocação do problema e delimitação do objeto	25
II. Método e plano de exposição	32
III. Metodologia	34
PARTE I JURISDIÇÃO E DIREITO PENAL SUBSTANTIVO:	
UM ENSAIO INTEGRATIVO	35
1. A NATUREZA DAS NORMAS DE VALIDADE DA LEI	
PENAL NO ESPAÇO E A SUA INTEGRAÇÃO NA ESTRUTURA	
DO FACTO PUNÍVEL	37
1.1. Posições doutrinárias em torno da sua natureza normativa e da sua relação com as normas materiais	37
1.1.1. A tese das condições objetivas de punibilidade	37
a) Fundamentos	37
b) Análise conceitual das condições objetivas de punibilidade: origens, funções e finalidades	40
c) Distinção entre as condições objetivas de punibilidade e as normas de validade espacial da lei penal	48
1.1.2. A tese da inclusão na categoria da tipicidade	51
1.1.3. A tese dos pressupostos processuais	56
1.1.4. A tese das normas de conflito	61
1.1.5. A tese da «unidade funcional»	67
1.2. Solução adotada	73
1.2.1. Em torno da exegese normativa	73
1.2.2. A função das normas de validade espacial da lei penal	79
1.2.3. O sentido do bem jurídico no reconhecimento da validade espacial de um ordenamento jurídico	82
1.2.4. As conexões de validade espacial intrínsecas como elementos da tipicidade e a sua importância para o reconhecimento da validade social do tipo	91

1.2.5. As conexões de validade espacial extrínsecas como condições processuais	99
1.3. Critérios da sua legitimidade intrínseca: princípio da legalidade e princípio da culpa	103
PARTE II O ERRO SOBRE A VALIDADE ESPACIAL DA LEI PENAL COMO UM LIMITE INTRAESTADUAL À PUNIÇÃO	111
2. ENQUADRAMENTO DO ERRO SOBRE A VALIDADE ESPACIAL NO ERRO JURÍDICO-PENAL	113
2.1. Evolução do erro jurídico-penal: do brocardo error iuris nocet às teorias do dolo e da culpa	113
2.1.1. A irrelevância do «erro de Direito» e as teorias do dolo ...	113
2.1.2. Teorias da culpa	119
2.2. O erro e os vínculos territoriais e pessoais com a lei nacional: uma perspectiva histórica	124
3. O ERRO SOBRE A BASE DA CONEXÃO COMO UMA ESPÉCIE DE ERRO DE TIPO	131
3.1. A tese da irrelevância desta espécie de erro	131
3.2. Problematização do erro de tipo na doutrina e na jurisprudência	135
3.3. As conexões de validade espacial intrínsecas como elementos da factualidade típica e como objeto do dolo intelectual	137
3.4. O sentido da autonomização do erro de tipo face ao erro sobre a ilicitude e a afirmação da sua relevância	141
3.5. O erro sobre a nacionalidade da vítima	146
4. O ERRO SOBRE O LOCAL DE RESULTADO COMO UM ERRO SOBRE O PROCESSO CAUSAL	151
4.1. A teoria da ubiquidade e o erro	151
4.2. O desvio essencial do local de resultado como um erro sobre o processo causal	158
4.3. Os especiais problemas do erro sobre o local de resultado nos crimes de perigo abstrato	162
a) Posições	162

b) Tomada de posição: o efeito de perigo sobre o bem jurídico nacional enquanto «resultado não compreendido no tipo legal de crime»	167
4.4. Análise de jurisprudência	170
a) O caso « <i>Zeigen des 'Hitlergrußes'</i> » e jurisprudência posterior	170
b) O caso « <i>Auschwitz-Lüge</i> »	176
5. O ERRO SOBRE A BASE DA CONEXÃO COMO UM ERRO SOBRE PROIBIÇÕES LEGAIS	183
5.1. Fundamentos	183
6. O ERRO SOBRE O ÂMBITO DA CONEXÃO COMO UM ERRO SOBRE A ILICITUDE	189
6.1. Pressupostos	189
6.2. A integração da consciência da ilicitude no problema da validade espacial	192
7. A FALTA DE CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE NÃO CENSURÁVEL COMO UM LIMITE INTRAESTADUAL À PUNIÇÃO	195
7.1. Uma perspetiva liberal nacionalista cosmopolita	195
7.2. O sentido da consciência da ilicitude no âmbito da conexão de validade espacial	203
7.3. Algumas fronteiras da valoração do erro sobre a ilicitude: relevância e antinomias	211
7.3.1. O sistema anglo-americano da razoabilidade	211
7.3.2. O sistema alemão da inevitabilidade do «erro sobre a proibição»	212
a) Pressupostos	212
b) Análise de jurisprudência	215
7.3.3. O sistema português da falta de consciência da ilicitude não censurável e o princípio da não-coincidência	218
a) O critério da não censurabilidade na perspetiva da validade espacial da lei penal	218

b) O princípio da não-coincidência	223
8.OS CAMINHOS DO ERRO SOBRE O ÂMBITO DA CONEXÃO NO DIREITO TRANSNACIONAL	227
8.1. A teoria da ubiquidade e o erro sobre o âmbito da conexão ...	227
8.2. A consciência da ilicitude transnacional: em especial os delitos praticados na internet	231
III. EXCURSO: O ERRO SOBRE A ILICITUDE DO ESTRANGEIRO QUE ATUA EM TERRITÓRIO NACIONAL .	243
9.1. O princípio da igualdade e a «culpa do estranho»	243
9.2. Uma perspectiva cultural: o multiculturalismo ou a aceitação do transculturalismo?	247
CONCLUSÕES	255
BIBLIOGRAFIA	265